



GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO
DA CULTURA

DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE

PLANO DE ATIVIDADES 2013

Faro, janeiro de 2013



Plano de Actividades 2013

ÍNDICE

I – NOTA INTRODUTÓRIA	3
a. Caracterização do ambiente interno.....	3
b. Caracterização do ambiente externo.....	5
c. Identificação dos <i>stakeholders</i>	6
d. Tipificação dos serviços fornecidos produtos destinatários	7
II – OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	8
a. Objectivos estratégicos para 2013 (proposta)	8
b. Estratégia a adoptar para cumprimento dos objectivos	8
c. Estratégias para aumentar a receita própria e comunitária.....	8
III – ACTIVIDADES A DESENVOLVER	9
a. Quadro das Actividades/ projectos propostos para 2013.....	11
IV – RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS	12
a. Orçamento de Funcionamento (proposta 2013)	13
b. Orçamento de Investimento	14
c. Mapa de Pessoal (aprovado em 2012).....	15
d. Mapa de Pessoal (proposta para 2013)	16
e. Plano de Formação 2013	17
V – CONCLUSÕES	18



I – NOTA INTRODUTÓRIA

a. Caracterização do ambiente interno

As Direcções Regionais de Cultura são re-criadas no âmbito do PREMAC (Plano de Redução e Melhoria da Administração Central) em 2011. A Lei Orgânica da Presidência do Conselho de Ministros – Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro – define no artigo 29.º as Direcções Regionais de Cultura como “serviços periféricos da PCM na área da cultura, que têm por missão, na sua área de actuação geográfica e em articulação com os organismos centrais da PCM, na área da cultura, a criação de condições de acesso aos bens culturais, o acompanhamento das actividades e a fiscalização das estruturas de produção artística financiadas pelos serviços e organismos da área da cultura, o acompanhamento das acções relativas à salvaguarda, valorização e divulgação do património arquitectónico e arqueológico, e ainda o apoio a museus”.

O Decreto-Lei 114/2012, de 25 de maio define no número 2 e 3 do artigo 2.º as atribuições das Direcções Regionais de Cultura, assim grosso modo estes serviços periféricos da administração directa do Estado, dotados de autonomia administrativa, actuam em duas áreas: 1. a salvaguarda e gestão do património cultural – e 2. a criação artística, neste caso com duas vertentes uma de fiscalização das estruturas financiadas pelos organismos da PCM da área da cultura e no apoio ao tecido cultural não profissional da sua área territorial.

Este Diploma legal de constituição das DRC's cria o lugar de Director Regional e de Director de Serviços. Posteriormente, a Portaria 227/2012, de 3 de agosto fixa o número de Unidades Orgânicas Flexíveis – uma para a Direcção Regional de Cultura do Algarve.

A Direcção Regional de Cultura do Algarve criou por Despacho da Directora Regional a seguinte unidade orgânica flexível: Divisão de Administração e Recursos (Despacho n.º 11147/2012, de 16 de agosto).

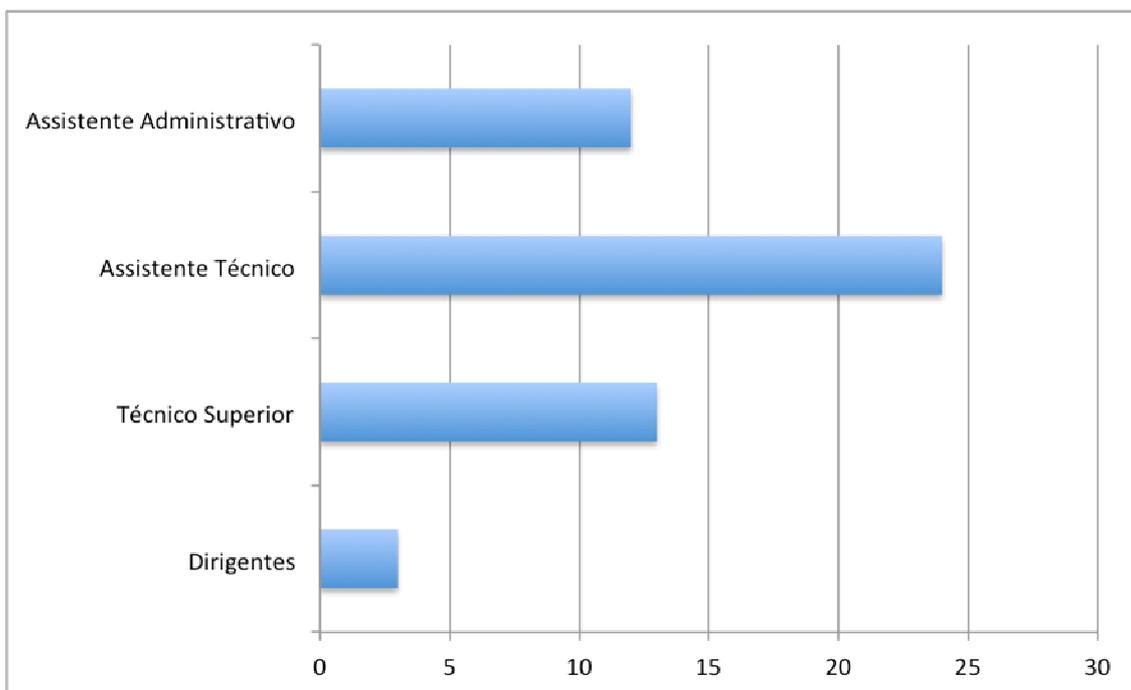
Organigrama da DRC Algarve





A Direcção Regional de Cultura do Algarve tem ainda oito monumentos afectos, dos quais quatro têm abertura regular ao público com bilheteira: ruínas romanas de Milreu (Faro); Monumentos megalíticos de Alcalar (Portimão), Ermida de Nossa Senhora da Guadalupe (Vila do Bispo) e Fortaleza de Sagres (Vila do Bispo). Um está a ser gerido pela Câmara Municipal de Loulé, o Castelo de Loulé (Loulé); outro tem protocolo de gestão partilhada com a Câmara Municipal de Albufeira e prevê-se a abertura regular ao público no próximo ano, o Castelo do Paderne (Albufeira) e outro está a ser gerido em conjunto com a Câmara Municipal de Portimão (Alcalar); as ruínas romanas da Abicada (Portimão), encontram-se sem abertura ao público; o Castelo de Aljezur (Aljezur), está a ser negociado protocolo de gestão partilhado com a Câmara Municipal de Aljezur, encontra-se aberto sem bilheteira.

A DRC Algarve dispõe, para a prossecução dos seus objectivos, projectos e actividades constantes do seu Plano de Actividades para 2013, de um total de 52 trabalhadores inscritos no Mapa de Pessoal, os quais se caracterizam de acordo com o grupo de pessoal conforme o quadro abaixo indicado.



Contudo, efectivamente ao serviço actualmente encontram-se 41 pessoas, distribuídas da seguinte forma:

1. Sede da Direcção Regional de Cultura em Faro: 3 dirigentes (Directora Regional, Director de Serviços, 1 Chefe de Divisão), 8 técnicos superiores, 5 assistentes técnicos e 3 assistentes operacionais.
2. Monumentos Afectos
 - 2.1 Fortaleza de Sagres: 3 técnicos superiores, 8 assistentes técnicos e 7 assistentes operacionais;
 - 2.2 Ruínas romanas de Milreu: 2 assistentes técnicos e 1 assistente operacional.
 - 2.3 Ermida de Nossa Senhora da Guadalupe: 1 assistente técnico.



Constantes do Mapa de Pessoal mas que não se encontram ao serviço existem três pessoas: um técnico superior em licença sem vencimento e um assistente técnico e um assistente operacional de baixa médica prolongada.

Há um lugar de técnico superior, a preencher por concurso externo na área de arquitectura e um concurso interno para dois assistentes técnicos a decorrer.

Sobre os recursos humanos há três grandes preocupações: 1. a dificuldade de conseguir manter no próximo ano a abertura dos monumentos e/ou o seu horário alargado; 2. a necessidade urgente de preencher o lugar de arquitecto, uma vez que compromete o cumprimento das nossas atribuições e 3. a reforma de várias pessoas, comprometendo a qualidade do serviço público.

b. Caracterização do ambiente externo

A Direcção Regional de Cultura do Algarve tem como área de actuação a região do Algarve composta por 16 municípios entre litoral, barrocal e serra.

Começando pela perspectiva macro cultural da região podemos dizer que houve um grande investimento em equipamentos culturais desde o final da década de 90 do século XX até ao presente momento. Na base de dados desta Direcção Regional de Cultura estão presentemente registados 241 espaços culturais na região, desde arquivos, bibliotecas, galerias, museus e salas de espectáculos. Neste contexto todos os municípios mesmo os do interior tem um espaço cultural, ou uma galeria, ou um núcleo museológico. Com base na mesma fonte estão registados mais de 304 instituições culturais activas na região, também com actuação em todos os municípios do Algarve.

Neste contexto importa ainda referir que a Rede de Bibliotecas Públicas abrange praticamente todos os Municípios (com excepção de Monchique), a Rede de Museus do Algarve abrange quase todos os concelhos com museus (com excepção de Monchique e Vila do Bispo). Existem na região 4 Museus que integram a Rede Nacional de Museus – Portimão, Faro, Albufeira e Tavira – todos em cidades do litoral. Contudo, ainda é visível a concentração de actividades, de espaços e de agentes na faixa litoral da região. De destacar o papel das bandas filarmónicas e das associações culturais e, mesmo, das Casas do Povo nas zonas do Barrocal e da Serra.

Assinalamos, na região, a presença de duas estruturas com Plano de Actividades de dimensão regional: a ACTA, A Companhia de Teatro do Algarve que descentraliza as actuações de teatro e leva-o às aldeias mais recônditas da região, através do VATE – Vamos Apanhar o Teatro – um autocarro onde se realizam representações de peças, trabalhando para todos os tipos de públicos; e, a Orquestra do Algarve, gerida pela Associação de Música do Algarve, que tem como associados 14 dos 16 Municípios algarvios e que para além de descentralizar, promove a música clássica, dessacralizando-a.

Neste contexto, de uma região ainda com assimetrias no acesso à cultura e aos bens culturais é de referir o papel das autarquias como fundamental quer na realização de infra-estruturas culturais, quer no apoio aos agentes culturais do respectivo concelho. Consequentemente, o peso cada vez maior dos Departamentos de Cultura ou das Empresas Municipais nesta área cultural. Contudo, falta ainda que este desenvolvimento real, que se tem vindo a assistir, passe de uma competição inter-municipal para uma complementaridade territorial, para que a região possa beneficiar do conjunto.



Na área do Património Cultural e da sua preservação e divulgação temos assistido a uma maior consciência deste como uma riqueza endógena que pode e deve ser potenciada no cluster regional cultural e turismo. A realização de estudos, sobretudo no campo disciplinar da arqueologia, bem como a musealização de alguns sítios arqueológicos tem contribuído para a criação de rotas temáticas.

c. Identificação dos *stakeholders*

No âmbito de actuação das DRC's definido pelo Decreto-Lei 114/2012, de 25 de maio, os principais *stakeholders* identificados e que contribuem, também, para o desenvolvimento da missão e/ou que são os seus destinatários identificam-se no quadro abaixo.

Parceiros e Clientes
Tutela (Presidência do Conselho de Ministros/ Secretaria de Estado da Cultura)
Secretaria-geral da Presidência do Conselho de Ministros
Organismos da Administração Pública Central e Regional, dos quais se destacam: - DGPC – Direção Geral do Património Cultural - DGArtes – Direção Geral das Artes; - GEPAC – Gabinete de Estratégia Planeamento e Avaliações Culturais; - DGAEP – Direção Geral Administração e Emprego Público; - Direcção Regional de Educação.
Outros organismos regionais, dos quais se destacam: - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve; - Universidade do Algarve; - AMAL - Área Metropolitana do Algarve - ERTA – Entidade Regional de Turismo do Algarve Através da realização de projectos pontuais ou de parcerias mais alargadas na área patrimonial e de criação artística.
Agentes culturais profissionais – através do acompanhamento e avaliação das actividades apoiadas pelos organismos da área da cultura da PCM, nomeadamente a DGArtes.
Agentes culturais não profissionais – através do apoio ao associativismo cultural e à valorização e divulgação dos trabalhos de criação, produção e divulgação das artes na região.
As autarquias – como parceiras para a salvaguarda do património e para a realização de iniciativas conjuntas e apoio aos agentes culturais locais, bem como para a implementação de uma estratégia cultural regional.
Cidadãos e população em geral – através da análise de processo de obras, do apoio à classificação de imóveis, de emissão de certidões.
Visitantes dos monumentos afectos – através de inquéritos e de caixas de sugestões possibilitando a aferição do grau de satisfação dos mesmos.
População escolar – através da oferta de iniciativas na área da Educação Patrimonial e de visitas orientadas.

**d. Tipificação dos serviços fornecidos | produtos | destinatários**

Os serviços prestados pela Direcção Regional de Cultura do Algarve emanam das atribuições definidas nos números 2 e 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio. Assim, definimos nove tipos de serviços fornecidos, como se pode verificar no quadro abaixo.

Direcção Regional de Cultura do Algarve		
Serviços	Principais produtos	Destinatários
Apoiar iniciativas culturais locais ou regionais que, pela sua natureza, correspondam a necessidades ou aptidões específicas da região e não integrem programas de âmbito nacional	Relatórios de acompanhamento e finais das iniciativas; Realização de edições; Divulgação na página WEB de iniciativas	Associações culturais Agentes culturais
Apoiar agentes, estruturas, projectos e acções de carácter não profissional nos domínios artísticos e da cultura tradicional	Regulamento de Apoio ao Associativismo; Relatório de análise das candidaturas; Relatório de acompanhamento e final das candidaturas; Realização de espectáculos, exposições, colóquios, edições; Publicitação na página WEB	Associações culturais Agentes culturais não profissionais
Assegurar o acompanhamento das actividades e a fiscalização das estruturas apoiadas pela área da cultura da PCM	Relatório de acompanhamento a entregar à DGArtes	Agentes culturais profissionais
Propor à DGPC o plano regional de intervenções prioritárias em matéria de estudo e salvaguarda do património arquitectónico e arqueológico	Elaboração e actualização do plano Publicitação na página WEB	Autarquias
Gerir os monumentos afectos e assegurar as condições para a sua fruição pelo público	Assegurar a abertura dos monumentos à fruição pública Realização de materiais de divulgação e pedagógicos dos monumentos Realizar e execução de programas de manutenção dos monumentos Realização e execução de programas de Educação Patrimonial	População em geral
Realizar o processo instrutório de licenciamento em imóveis e sítios classificados, ou em vias de classificação, bem como nas respectivas zonas de protecção e realizar processos instrutórios de propostas de classificação	Emissão de pareceres instrutórios para decisão vinculativa ou para envio à DGPC Emissão de pareceres e instrução de processos de classificação para decisão da DGPC	Autarquias locais População em geral
Dar apoio técnico, em articulação com a DGPC, a museus integrados na Rede Portuguesa de Museus e a outros localizados na região	Emissão de pareceres técnicos; Realização de visitas técnicas	Museus e entidades museológicas da região Autarquias Privados que façam a gestão de museus



II – OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

a. Objectivos estratégicos para 2013 (proposta)

Inserido numa perspectiva nacional e programática do governo, a Direcção Regional de Cultura do Algarve na sua proposta de definição dos objectivos estratégicos para 2013 teve em conta a realidade da região e a necessidade de consolidar uma política cultural regional de médio/longo prazo. Nesse sentido, a proposta assenta em três linhas de orientação específicas: dotar a região de instrumentos de intervenção estratégicos; dar continuidade ao projecto âncora de “Requalificação e Valorização do Promontório de Sagres”; ampliar e consolidar as parcerias com autarquias e instituições regionais na valorização patrimonial e na sua relação com a contemporaneidade.

Assim, os objectivos estratégicos a propor à tutela, que fundamentalmente permitirão a continuidade ou conclusão de projectos iniciados em anos anteriores, serão os seguintes:

OE1: Planear o território: Manter atualizados os instrumentos de gestão estratégica e monitorização
OE2: Potenciar o território: promover parcerias com entidades e associações regionais em torno do património cultural e da educação artística e patrimonial
OE3: Valorizar o território: promover a gestão, salvaguarda, valorização e divulgação do património cultural e o apoio à criação artística
OE4: Continuar a modernização administrativa do serviço
OE5: Manter Recurso a ações do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN)

b. Estratégia a adoptar para cumprimento dos objectivos

A Direcção Regional de Cultura do Algarve irá adoptar várias estratégias em simultâneo para cumprir os objectivos. Assim, passaremos a enunciar as principais estratégias:

1. Envolver as autarquias e os agentes culturais e patrimoniais da região na definição dos instrumentos de intervenção estratégica e na valorização, divulgação e produção cultural da região;
2. Dialogar com os agentes culturais da região no sentido de criar regulamentos de apoio mais próximos das necessidades da região e menos standardizados.
3. Divulgar e incentivar o mecenato cultural através da divulgação de boas práticas nesta área e realizar um trabalho de terreno junto de potenciais mecenas.
4. Promover a criação de programas multisectoriais com o turismo e com a educação de forma a preservar e divulgar o Património Cultural da região.

c. Estratégias para aumentar a receita própria e comunitária

Em 2012, as receitas próprias totalizaram 609.891,08€, correspondente a 53,63% do OF da Direcção Regional de Cultura do Algarve (FF 111 e FF 123 considerando o orçamento corrigido). Relativamente às receitas a sua proveniência é cerca de: bilheteira (79,02%), loja (16,88%), concessões de espaços nos monumentos/Vending (3,99%), outros (0,01%) e certidões (0,1%).



Para potenciar esta tendência sugerem-se várias possibilidades a trabalhar em 2013:

1. Desenvolvimento de parcerias com as autarquias para aumentar a visibilidade e a oferta cultural dos monumentos;
2. Continuar o projecto de “Requalificação e Valorização do Promontório de Sagres” com uma 2.ª fase a candidatar ao QREN, com contrapartida nacional inteiramente do Programa de Intervenção do Turismo (TP), o que permitirá um aumento previsível de visitantes e de receitas;
3. Implementar uma estratégia articulada com o Turismo Regional e com os Agentes Turísticos Regionais: criando novos pacotes especiais de visita; criando produtos específicos de promoção e divulgação e conseguindo mecenas exclusivos para actividades e monumentos.
4. Dar continuidade aos esforços para angariar mecenas para os monumentos, nomeadamente alguns empreendimentos turísticos “vizinhos”, como hipótese: Martilhal Resort Beach, Fortaleza de Sagres; Memmo Baleira, Ermida de Nossa Senhora de Guadalupe e Pousada do Palácio de Estoi, Ruínas Romanas de Milreu.
5. Realização de uma linha de produtos culturais para as lojas dos monumentos.
6. Apostar numa divulgação em pacote dos monumentos como espaços privilegiados para a realização de eventos culturais.
7. Dinamizar os contactos com o tecido económico empresarial regional para a realização de programas específicos.

III – ACTIVIDADES A DESENVOLVER

Neste capítulo apresentamos um quadro com as Actividades a desenvolver em 2013, reportadas às atribuições da Direcção Regional de Cultura e às respectivas Unidades Orgânicas, bem como aos previsíveis orçamentos de funcionamento e de investimento.

Destacamos os projectos que considerámos indispensáveis na persecução da nossa missão e atribuições, tendo em consideração as necessidades e fragilidades específicas da região. Assim, na área da salvaguarda e valorização do património considerámos os seguintes projectos nucleares:

1. Projecto de Valorização e Requalificação do Promontório de Sagres – um projecto integralmente financiado pelo Programa de Intervenção de Turismo, do Turismo de Portugal e pelo QREN no eixo do Património Cultural. A realização de nova candidatura e a implementação da 2.ª fase é vital para devolver a dignidade de visita a um dos monumentos mais simbólicos do país.
2. Realização da empreitada da Torre Albarrã do Castelo de Paderne, uma vez que existe um protocolo de gestão com o Município de Albufeira e que se prevê a abertura do Centro de Acolhimento do Castelo em 2012 (estas últimas actividades da responsabilidade da autarquia), com possibilidade de candidatura ao QREN, no eixo do Património Cultural.
3. Implementação dos Planos de Manutenção dos Monumentos afectos – permitindo realizar um trabalho de conservação preventiva, com duas vantagens claras: conservar continuamente o património e aumentar a oferta de qualidade de visita aos monumentos, o que previsivelmente incrementará a receita.
4. Investimento em produtos e conteúdos dos monumentos afectos – permitindo o aumento de oferta e, conseqüentemente, da receita.
5. Rotas Culturais – Almutamid e Descubriter – candidaturas europeias no âmbito do POCTEP que pretendem divulgar e dinamizar o período islâmico e o



período dos descobrimentos, esta última contempla a criação de um “Museu Virtual dos Descobrimientos”.

Na área do apoio à acção e educação cultural e à criação artística, considerámos indispensáveis na persecução da nossa missão e atribuições:

1. O apoio à acção cultural – uma actividade que permite apoiar diversos agentes culturais regionais e colmatar as assimetrias regionais.
2. Projectos de Educação Artística e Patrimonial – permite uma forte relação com as comunidades e, sobretudo, o alargamento de novos públicos e novos cruzamentos culturais.

De notar que nestes destaques não incluímos o que consideramos no quadro abaixo os procedimentos diários de funcionamento da Direcção Regional, nomeadamente: pareceres, certidões, apoio técnico.



a. Quadro das Actividades/ projectos propostos para 2013
(em documento anexo)



IV – RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

Neste capítulo e como se trata de uma proposta inicial incluímos: previsão de OF realizada no mês de Julho (com a redução de 20%); Orçamento de Investimento; Mapa de Pessoal conforme o aprovado em 2013 e Plano de Formação 2013.

Sobre a proposta de orçamento de funcionamento apresentada sublinhamos que o plafond distribuído pela tutela (FF 111) correspondente em 2013 a 880.245,00€ suporta exclusivamente as despesas com pessoal; tendo de ser estas complementadas com receita própria (FF 123) num total de 11.43% não garantido pela FF 111 (113.644,00€), nomeadamente: Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações, abono de falhas, ajudas de custo e horas extraordinárias (estas exclusivamente para garantir a abertura dos monumentos).

Relativamente aos recursos humanos reforçamos o que já dissemos no capítulo da caracterização, a fragilidade da sua constituição coloca em causa o cumprimento da nossa missão e atribuições, nomeadamente na área da salvaguarda e da abertura ao público dos monumentos afectos. A distribuição dos recursos humanos faz-se da seguinte forma: 55,5% de funcionários afectos aos monumentos, 15,6 % na área da salvaguarda; 8,9% de recursos afectos à área de dinamização e promoção da actividade cultural e 20% em gestão de recursos humanos e financeiros e direcção. A concentração de recursos humanos na abertura de monumentos ao público prende-se, sobretudo, com a abertura e gestão da Fortaleza de Sagres, monumento que em 2012 significou 92,35 % da nossa receita própria.



a. Orçamento de Funcionamento (proposta 2013)

Destacamos no orçamento de funcionamento a realização de dois projetos financiados:

- Projeto Descubriter - Rota Europeia dos Descobrimentos - 4.739€
- Projecto de "Requalificação e Valorização do Promontório de Sagres" - 150.000€



b. Orçamento de Investimento

Projecto 08089 – Al-Mutamid – 3.912,00€

Projecto 08852 – Projecto a candidatar ao QREN – Rota das Catedrais – 127.500,00€

Projecto 08846 – Projecto a candidatar ao QREN – Castelo de Paderne – 90.000,00€

Projeto 08843 – Reabilitação, Manutenção, Valorização, Dinamização e Divulgação Cultural e Patrimonial – 32.500,00€

Nota: Os valores são da dotação inicial de 2013 sem cativação.



c. Mapa de Pessoal (aprovado em 2012)
(em documento anexo)



d. Mapa de Pessoal (aprovado 2013)
(em documento anexo)



e. Plano de Formação 2013

Para o Plano de Formação 2013, a Direção Regional de Cultura do Algarve dispõe da seguinte verba:

- 2500,00€ - Formação TIC (GERFIP e outros)
- 5000,00€ - Formação Outros

Deste Plano de Formação a maioria das ações de formação são propostas para realização com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, através de um protocolo entre essa entidade e o Direção de Formação (antigo INA).



V – CONCLUSÕES

Na apresentação desta proposta de plano queríamos elencar/identificar algumas questões que nos parecem essenciais ser reforçadas e repensadas a um nível nacional e que permitirão, segundo cremos, um melhor desempenho regional das actividades da Direcção Regional de Cultural.

1. Os requisitos para a apresentação de candidaturas ao QREN, nomeadamente o de termos os concursos de empreitadas já lançados no momento da candidatura, quando estas pequenas estruturas não tem base orçamental para os cabimentar sem o apoio comunitário, é um entrave à real necessidade de usarmos os fundos comunitários.
2. Dar prioridade à concretização do sistema de gestão documental (SAMA), o qual permitirá aumentar a qualidade, eficiência e eficácia dos nossos serviços, quer interna, quer externamente, a saber: uniformização de procedimentos; maior rapidez na resposta aos cidadãos e maior transparência nos processos; bem como a possibilidade dos cidadãos acederem ao seu processo para “em tempo real” saberem o ponto da situação.
3. Potenciar uma maior interrelação entre a Secretaria-Geral e os serviços, nomeadamente na área jurídica e na de recursos humanos.
4. Repensar, uniformizar e potenciar as páginas electrónicas dos organismos da Secretaria de Estado da Cultura.
5. Aprofundar a relação com o Turismo para promover o Património Cultural das regiões, de acordo com as especificidades de cada uma.

Relativamente à concretização da proposta deste Plano de Actividades, nestas notas finais gostaríamos de reforçar quatro aspectos que nos parecem fulcrais no cumprimento da nossa missão e das nossas atribuições:

1. a necessidade de preencher o Mapa de Pessoal, respectivamente nas áreas da salvaguarda e da recepção e vigilância dos monumentos;
2. a necessidade de investirmos na manutenção corrente dos monumentos afectos, permitindo evitar futuras intervenções de fundo muito mais onerosas;
3. a necessidade de diversificar e dinamizar a oferta dos produtos culturais das lojas para aumentar a receita;
4. a necessidade de concretizar a 2.^a fase do Projecto de Valorização e Requalificação do Promontório de Sagres, uma vez que o investimento será na totalidade suportado pelo Ministério da Economia e por fundos comunitários, através do QREN.

Conscientes da necessidade de contribuir para a diminuição do défice do Estado, finalizamos informando de que apesar desses constrangimentos a preocupação na elaboração desta proposta de Plano de Actividades foi a de manter: a qualidade do serviço público prestado; o nível de actividade cultural da Região; o nível de intervenção para a preservação do património cultural.

Faro, 1 de agosto de 2012

Revisto a 10 de janeiro de 2013